

# **AÇÕES AFIRMATIVAS NA UFSM - UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O SISTEMA DE COTAS SOCIAIS E ÉTNICAS**

## ***AFFIRMATIVE ACTIONS IN THE UFSM - A COMPARATIVE STUDY ABOUT THE SYSTEM OF SOCIAL AND ETHNIC QUOTAS***

Fernando de Jesus Moreira Junior<sup>1</sup> - Augusta Höehr<sup>2</sup> - Diogo Ribeiro Soares<sup>3</sup> -  
Márcia Regina Medeiros Veiga<sup>4</sup> - Vanda Cristina Lopes<sup>5</sup>

### **Resumo**

Esse trabalho teve como objetivo saber-se até que ponto os alunos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – estão a par das discussões a respeito da Política de Ações Afirmativas – Cotas Sociais e Étnicas – e quais os posicionamentos em relação à essa temática. Os resultados mostraram que, apesar da grande maioria dos alunos da UFSM ser de etnia branca e estar pouco informada sobre esse tema, a maioria é favorável à implementação de políticas de Ações Afirmativas nas universidades públicas e é contra a implementação de Cotas Étnicas.

**Palavras-chave:** Política de Ações Afirmativas; Cotas Sociais e Étnicas; Universidade Federal de Santa Maria.

### **Abstract**

This paper had as objective to know if the pupils of graduation of the Federal University of Saint Maria – UFSM – are informed about debates regarding Politics of Affirmative Actions – Social and Ethnic Quotas – and your position with regard to this thematic. The results had shown that, although the great majority of the pupils of the UFSM to be of white race and to be little informed with regard to this subject, the majority is favorable to the implementation of politics of Affirmative Actions in the public universities but is against the implementation of Ethnic Quotas.

**Keywords:** Politics of Affirmative Actions; Social and Ethnic quotas; Federal University of Saint Maria

## **1 INTRODUÇÃO**

Recentemente, a questão racial tem sido tema de discussão e debate no meio acadêmico, após muito tempo. Um projeto de lei que prevê a instituição do sistema de reserva de 50% das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – para alunos egressos de escolas públicas, sendo destinadas vagas para estudantes negros e

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Estatística da UFSM, Bacharel em Estatística pela UFRGS;

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da UFSM;

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da UFSM;

<sup>4</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da UFSM;

<sup>5</sup> Acadêmica do Curso de Ciências Sociais da UFSM.

indígenas, está em tramitação no Congresso Nacional. Muitas universidades públicas já têm colocando em prática tais políticas de ações positivas.

Dada a relevância – e polêmica – da temática das chamadas “Políticas de Ações Afirmativas”, em especial o sistema de cotas étnicas, e estando a universidade pública brasileira em franca e efervescente discussão sobre o tema, decidiu-se pela realização de uma pesquisa no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM – envolvendo alunos de graduação dos diversos Centros de Ensino da Instituição, tendo como objetivo prioritário saber-se até que ponto os alunos estão a par dessas discussões e qual seu posicionamento em relação à temática em questão. Além disso, a pertinência de tal discussão é incontestável, uma vez que a UFSM já elaborou uma proposta de resolução para discussão e deliberação sobre a implantação de uma Política de Ações Afirmativas – Cotas Sociais e Étnicas – que, se aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CEPE –, deverá vigorar já a partir do próximo processo seletivo, previsto para janeiro de 2008. O conhecimento e a opinião dos estudantes da UFSM em relação ao imaginário que envolve o conceito de “Ações Afirmativas” e a “Política de Cotas Sociais e Étnicas” na universidade pública brasileira também serão comparados entre os variados Centros da UFSM.

Acredita-se que esta pesquisa possa ajudar os acadêmicos, e a própria Instituição, a esclarecer sobre seus próprios posicionamentos em relação a conceitos e políticas cada vez mais presentes em nosso contexto e que dizem respeito não só à universidade pública, mas à sociedade como um todo.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A questão racial, embora tenha suas raízes no próprio processo de “descobrimto” do Novo Mundo, quando os europeus tomaram para si terras há muito pertencentes aos povos nativos indígenas e, posteriormente, quando os negros foram violentamente solapados de sua “mãe” África para aqui, em todo o continente americano e na Europa aportarem na condição de escravos, só muito recentemente tem centrado debates acadêmicos.

No caso brasileiro, tal debate, iniciado por estudos e posturas intelectuais, só começou a tomar corpo, efetivamente, no início do século XX, embora a poesia abolicionista de Castro Alves, por exemplo, remonte ao século anterior, assim como os estudos “científicos” de Nina Rodrigues e Sílvio Romero, que viam o negro como uma

raça inferior, ainda que o primeiro dos autores, tendo certas tendências etnológicas, simpatizasse com a cultura dos povos africanos, seus processos de adequações, transformações e influências.

Mas, num caso e noutro, tratava-se de reencontrar a história do negro pela via da valorização de sua cultura, na África e no país de destino, comparando-a nas duas situações, fazendo-o, dessa vez, chegar aos EUA ou ao Brasil, onde quer que fosse, pela porta da dignidade e da distinção que o passaporte dos ritos, das línguas, da complexidade cultural de suas origens lhe conferia. (VOGT, 2003).

Na metade do século XX, vê-se encerrada a fase cientificista dos estudos raciais – e, em especial, dos estudos sobre os negros no Brasil – para, em seguida, iniciar-se uma nova fase, com predominâncias de cunho sociológico.

A organização da população negra em movimentos e as ações políticas, tendo como ideal a democracia racial, também acompanham estas fases, na mesma proporção em que o racismo se institucionaliza, mesmo que, muitas vezes, revestido de máscaras, fantasias e disfarces, no país.

Desta forma, é indiscutível que a segregação racial no Brasil tem características bem próprias, diferindo, em muitos aspectos, de outros países.

Em relação aos Estados Unidos, por exemplo, onde as diferenças são marcantes e a comparação – pelo próprio “colonialismo econômico e político” do Brasil em relação àquele país –, inevitável, os próprios objetivos dos movimentos negros organizados, em sua origem, são outros. Enquanto os negros americanos lutavam pela conquista do reconhecimento de direitos civis e políticos, aqui no Brasil a luta se dava pelo cumprimento de direitos já previstos na Legislação.

Talvez pela falta de violência explícita, o racismo brasileiro foi, muitas vezes, confundido com uma mítica “democracia racial”, que embora venha sendo combatida desde as décadas de 60 e 70 pelos movimentos negros organizados, ainda é bastante vivo no senso comum contemporâneo.

O passado de práticas culturais discriminatórias teve lá (nos Estados Unidos) uma gênese e um desenvolvimento ímpares, que acrescentaram ao racismo um caráter bem distinto do brasileiro: o ódio racial. A existência desse componente nas relações sociais norte-americanas é bastante compreensiva, se lembrarmos que a grande questão em disputa na Guerra de Secessão era a abolição do regime escravocrata em todas as unidades da federação. Uma guerra que, após seu término, impôs aos homens do Sul escravagista o convívio e a competição econômica com os negros recém libertos, antigos cativos com quem mantinham relações de reciprocidade estritamente no que concernia à esfera do trabalho, só podia resultar num grande acirramento das tensões raciais; foi o que aconteceu quando os brancos sulistas atribuíram à libertação dos negros a decadência da tradicional estrutura sócio-econômica agrária em que estavam sustentados. (ALENCAR, 2007).

Hoje em dia, a luta dos negros pela observância de direitos já consolidados pela letra da Lei e pela reparação de injustiças e sofrimentos do passado – e, infelizmente, muitas vezes estendidos ao presente – é a mesma nos países do ocidente.

Neste contexto, entram as políticas de ações afirmativas, em debate aqui no Brasil, e adotadas nos Estados Unidos desde a década de 60 (ainda que se constate que, naquele país, as cotas têm beneficiado, sobretudo, a classe média negra, “deixando intocado o problema da pobreza da maior parte da população” segundo AZEVEDO (2004), o que ratifica a complexidade da questão).

Obviamente que, como tudo que diz respeito a direitos humanos em nossa sociedade civil, esta questão tem provocado acirradas discussões, sendo defendida de um lado; ferrenhamente combatida de outro, em todos os âmbitos sociais. No âmbito acadêmico não tem sido diferente.

No caso da Universidade Federal de Santa Maria, este debate tem sido fomentado com a realização de seminários, encontros, discussões na mídia, em que ambos os lados têm tido a oportunidade de argumentação. A urgência desta discussão se dá, justamente, pelo entendimento do compromisso das instituições públicas, em especial as federais, em cumprir o que é estabelecido constitucionalmente, principalmente no que diz respeito a garantias de direitos fundamentais.

A preocupação com políticas afirmativas está diretamente relacionada com um dos objetivos fundamentais da República Brasileira. O artigo 3º, inciso III da Constituição Federal estabelece que o Estado tem o dever de erradicar as desigualdades sociais e, ato contínuo, no inciso IV, prevê o dever de promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O artigo 5º, por outro lado, estabelece que todos são iguais perante a lei. (SALDANHA & CUNHA, 2007).

Por outro lado, o projeto de lei que prevê a instituição do sistema de reserva de 50% das vagas nas Instituições Federais de Ensino Superior – IFES – para alunos egressos de escolas públicas, sendo destinadas, dentro deste percentual, vagas para estudantes negros e indígenas, em uma proporção relativa a cada estado brasileiro, a ser estabelecida com base nos estudos do IBGE (Projeto de Lei nº 3627/2004) já está em tramitação no Congresso Nacional, seguindo os passos de muitas universidades públicas que, por iniciativa própria e pela compreensão de seu papel social, já estão colocando em prática tais políticas de ações positivas.

Em contrapartida, tem-se observado que a máxima da igualdade de todos perante a lei também tem sido argumento de quem contesta a adoção de políticas de ações afirmativas, especialmente o sistema de cotas étnicas, já que estes entendem a distinção racial como a verdadeira afirmação de que somos todos diferentes, o que, nesta interpretação, seria o reconhecimento da segregação e do racismo.

Entretanto, se tivermos um olhar antropológico relativista em relação a esta questão, facilmente concordaremos com o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, para quem as diferenças, enquanto identidades únicas são ricas e enriquecedoras das inter-relações sociais.

Finalmente, longe da pretensão de esgotar este assunto, mas, ao contrário, tornar este debate mais avivado e acessível, elegeu-se a categoria acadêmica, na figura dos alunos de graduação da UFSM, para tentar compreender suas leituras, visões e posicionamentos, ainda que distante de um aprofundamento maior, dentro das possibilidades e limitações da presente pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento deste trabalho, optou-se pelo uso de um questionário com questões do tipo fechadas, isto é, de múltiplas alternativas, elaborado no intuito de se investigar até que ponto os acadêmicos graduandos da Universidade Federal de Santa Maria possuem conhecimento e, a partir daí, um posicionamento próprio em relação à política de ações afirmativas de inclusão racial e social, cuja Resolução N° 011/2007 foi aprovada na íntegra pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Maria – CEPE/UFSM, devendo ser colocada em prática já a partir do próximo concurso vestibular, em 2008. Os questionários foram respondidos “in loco” ou encaminhados via e-mail.

Assim, de posse das informações relativas ao número de alunos por Centro, matriculados no primeiro semestre letivo de 2007 (obtidas através de consulta ao SIE – Sistema de Informações para o Ensino da UFSM), estipulou-se uma amostra representando um percentual de 2% dos alunos, totalizando 215 alunos. A amostra foi dividida entre os oito Centros de Ensino da instituição, de forma a manter a mesma proporção em todos os Centros, conforme a Tabela 1. Os dados foram analisados utilizando-se ferramentas estatísticas através do software Excel.

Tabela 1: População de Alunos e Amostra

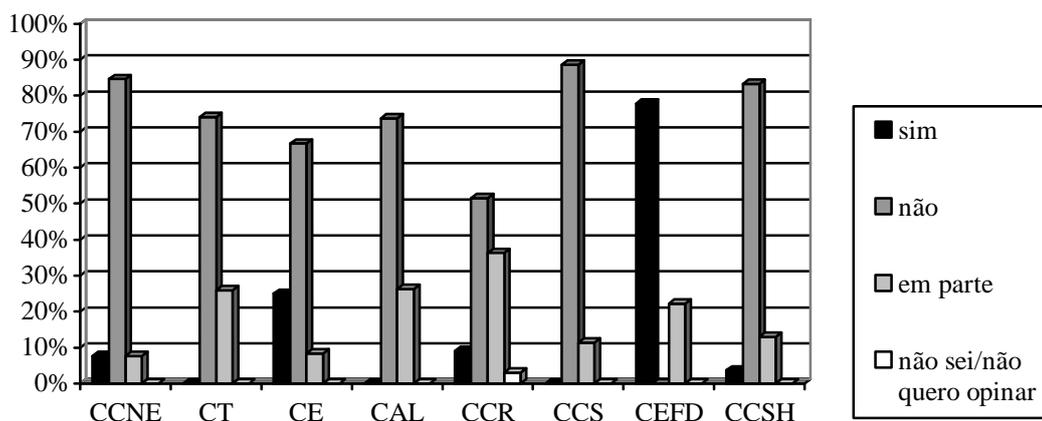
CENTROS DE ENSINO	POLPULAÇÃO DE ALUNOS	AMOSTRA
Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH	2703	54
Centro de Ciências Rurais – CCR	1644	33
Centro de Tecnologia – CT	1352	27
Centro de Artes e Letras – CAL	945	19
Centro de Ciências Naturais e Exatas – CCNE	1315	26
Centro de Educação – CE	602	12
Centro de Ciências da Saúde – CCS	1736	35
Centro de Educação Física e Desportos – CEFD	435	09
<b>TOTAL</b>	<b>10732</b>	<b>215</b>

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 215 estudantes entrevistados, 51% eram do sexo masculino e 49% do sexo feminino, sendo que os homens predominaram nos centros CCNE, CT, CCR e CCSH, enquanto que as mulheres foram maioria nos centros CE, CAL, CCS e CEFD. A grande maioria dos entrevistados (85%) declarou-se como sendo da raça branca, 8% declararam-se negros, 3% declararam-se de etnia amarela, 4% de outras raças. Não foram constatados indígenas nessa pesquisa.

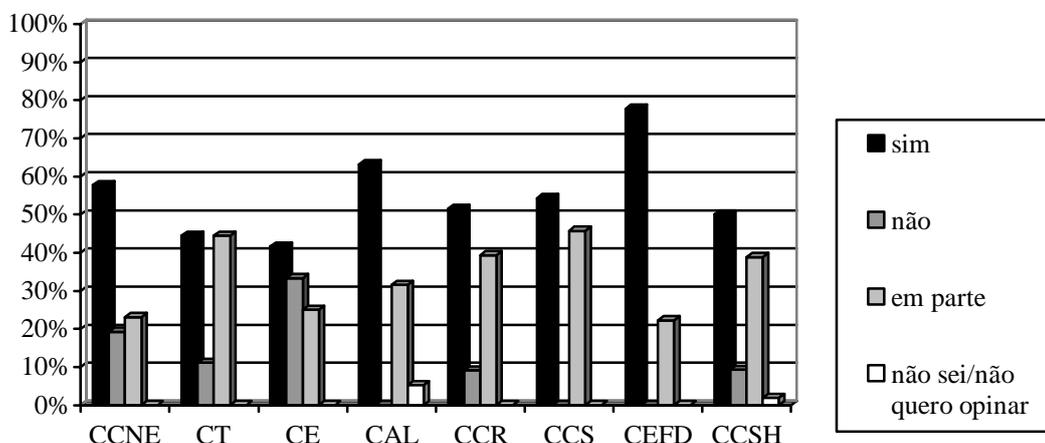
Cerca de 73% dos entrevistados declararam que não se consideram racistas, 8% se consideram racista e 19% se consideram racista em parte. Apesar disso, nenhum dos estudantes do CEFD declarou não ser racista, ao contrário dos demais Centros, conforme mostra a Figura 1. Nota-se também que os poucos alunos que não opinaram eram do CCR.

Figura 1: Percentual de estudantes que se declaram ser racista



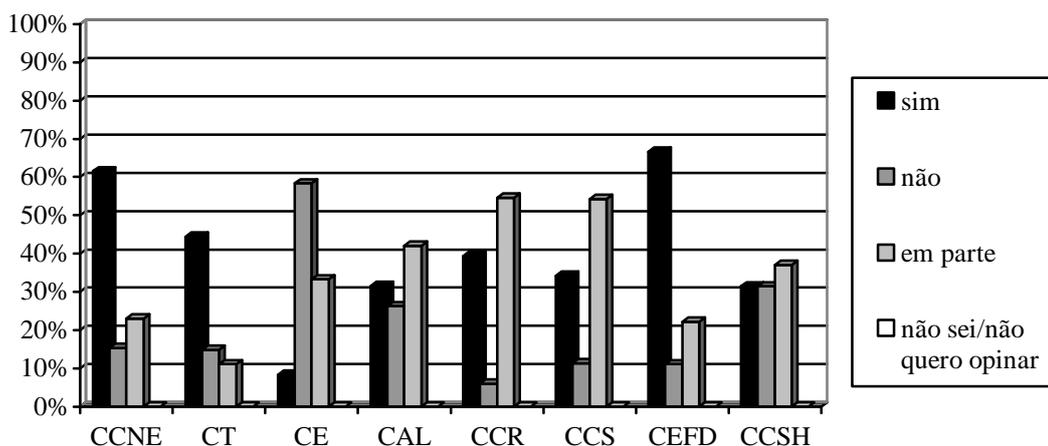
Apesar da maioria dos estudantes não se considerarem racistas, a maioria considera a sociedade brasileira racista (53%) ou parcialmente racista (37%) conforme o gráfico da Figura 2. Já os alunos do CEFD acreditam que a sociedade é racista, assim como eles declararam ser. Apenas 9% disseram que não consideram a sociedade racista, e a maioria deles são alunos do CE.

Figura 2: Percentual de estudantes que consideram a sociedade brasileira racista



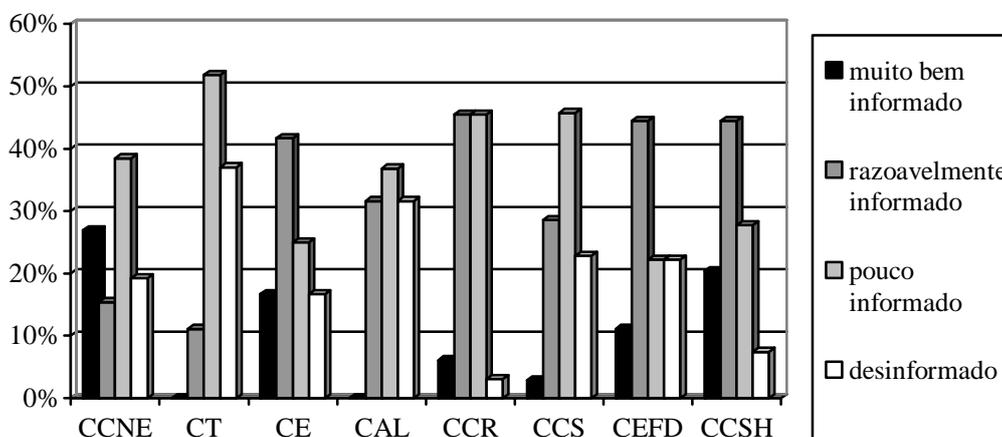
A educação brasileira é considerada racista por 39% dos estudantes, parcialmente racista por 41%, e não é considerada racista por 20%. Nota-se que os alunos do CE foram os únicos, em sua maioria, a considerar que a educação brasileira não é racista, conforme mostra a Figura 3. Por outro lado, a maioria dos estudantes do CCNE e do CEFD acredita que a educação brasileira é racista.

Figura 3: Percentual de estudantes que consideram a educação brasileira racista



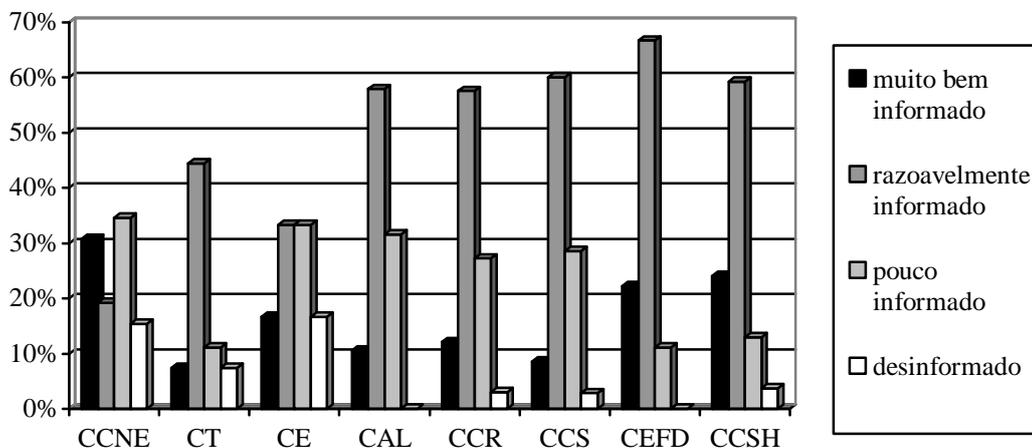
Em relação às políticas de Ações Afirmativas, 11% dos alunos estão muito bem informados, 33% estão razoavelmente informados, 38% estão pouco informados, e 18% estão desinformados. Conforme o gráfico da Figura 4, observa-se que o maior grau de desinformação encontra-se entre os estudantes do CT e do CAL.

Figura 4: Grau de informação dos estudantes em relação às políticas de Ações Afirmativas (em percentual)



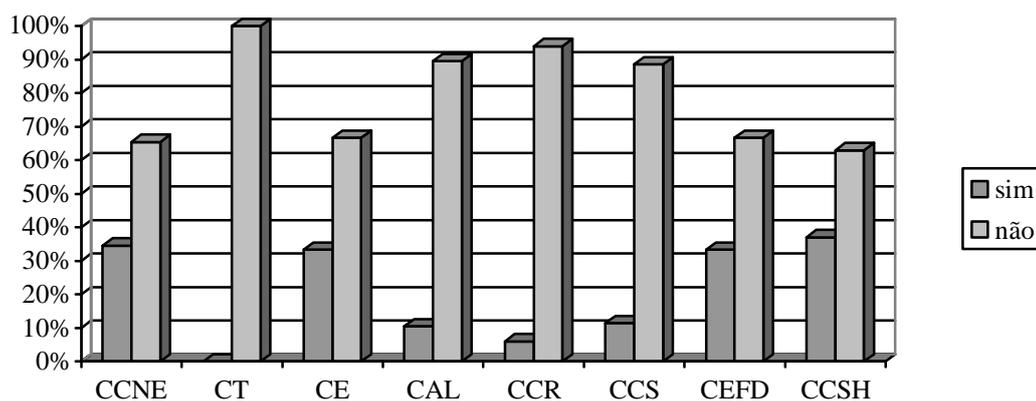
Em relação à política de Cotas Étnicas, 17% dos alunos estão muito bem informados, 51% estão razoavelmente informados, 27% estão pouco informados, e 6% estão desinformados. Conforme o gráfico da Figura 5, observa-se que o maior grau de desinformação encontra-se entre os estudantes do CCNE e do CE.

Figura 5: Grau de informação dos estudantes em relação à política de Cotas Étnicas (em percentual)



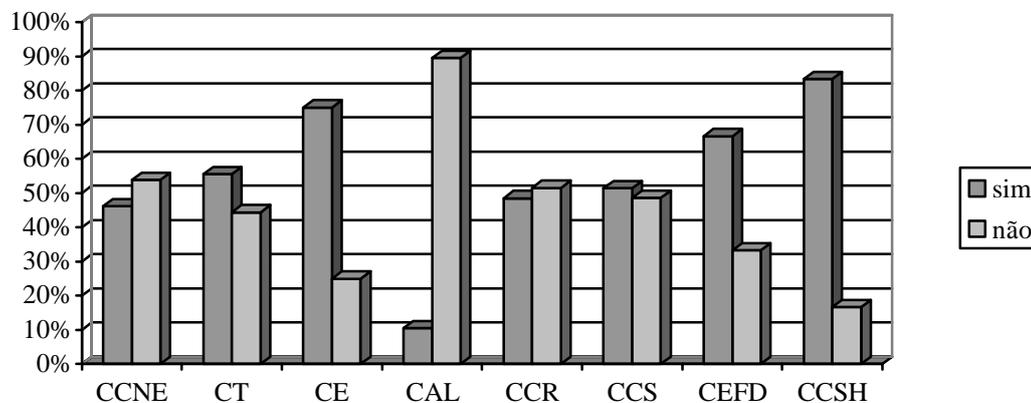
A maioria dos entrevistados, isto é, cerca de 80%, não participou de discussões sobre as políticas de Ações Afirmativas e Cotas Étnicas. O maior percentual dos que participaram dessas discussões foram dos alunos dos centros CCNE, CE, CEFD e CCSH, entretanto, esse percentual não chegou a 40%, como pode ser observado no gráfico da Figura 6.

Figura 6: Percentual de alunos que participaram de discussões sobre as políticas



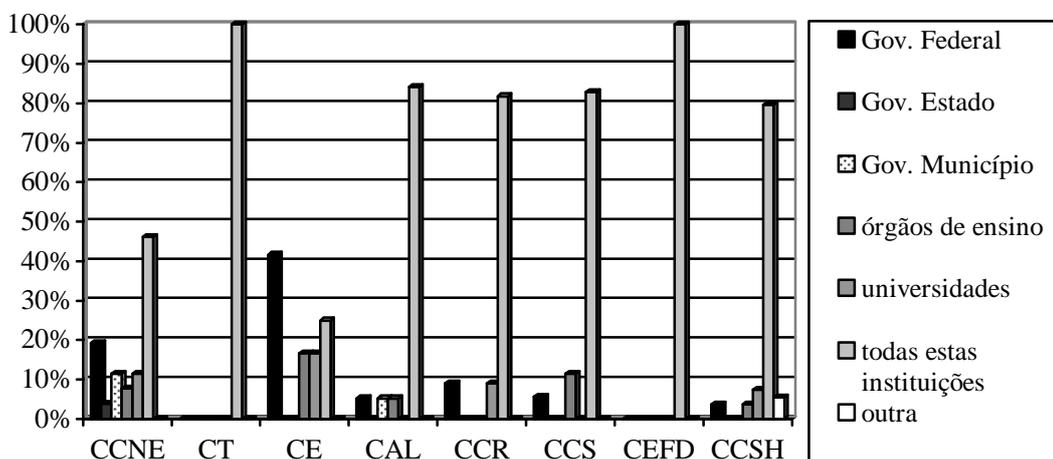
Apesar da maioria dos entrevistados não ter participado de nenhuma discussão em relação a essas políticas, a maioria deles (61%) afirma ter conhecimento sobre discussões promovidas pela UFSM a respeito desse temas. Contudo, a maioria dos alunos do CAL afirmaram não ter conhecimento sobre tais discussões promovidas pela UFSM, como observa-se no gráfico da Figura 7.

Figura 7: Percentual de alunos que tem conhecimento sobre discussões promovidas pela UFSM a respeito das políticas de Ações Afirmativas e Cotas Étnicas.



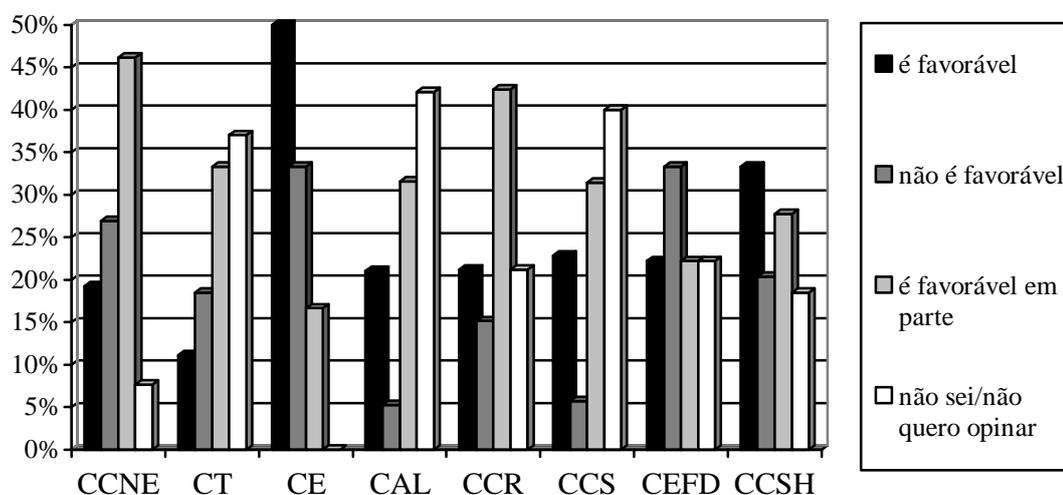
Para a grande maioria dos estudantes, ou seja, 77%, esse tipo de discussão deveria ser promovida não só pela universidade, mas também por outros órgãos de ensino e pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, conforme mostra o gráfico da Figura 8.

Figura 8: Quem deve promover essa discussão, segundo os entrevistados



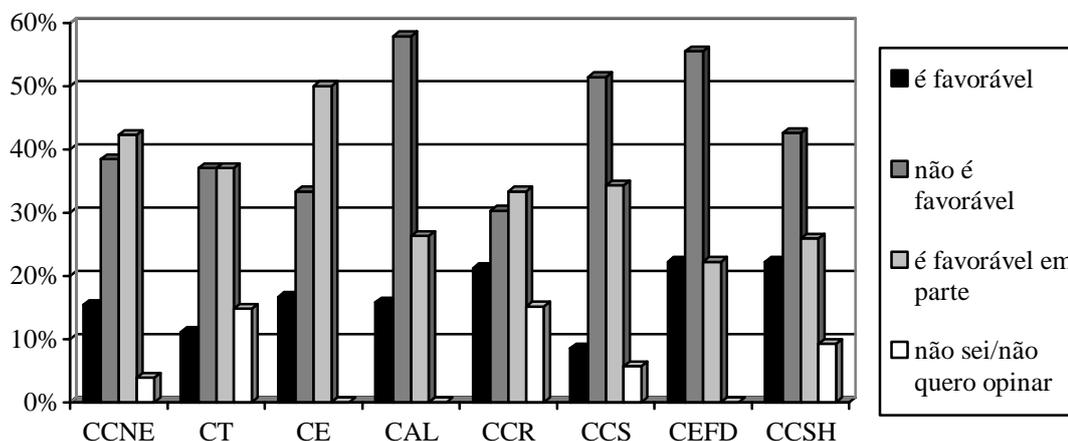
Cerca de 25% dos alunos disseram serem favoráveis às políticas de Ações Afirmativas nas universidades públicas, 18% não são favoráveis, 33% são favoráveis em parte, e 25% não souberam ou não quiseram opinar. O maior percentual de alunos que não são favoráveis pertencem ao CE e ao CEFD, conforme mostra o gráfico da Figura 9. Nota-se, também, um grande percentual de não respondentes dessa questão entre os alunos do CT, do CAL e do CCS.

Figura 9: Percentual de alunos favoráveis às políticas de Ações Afirmativas



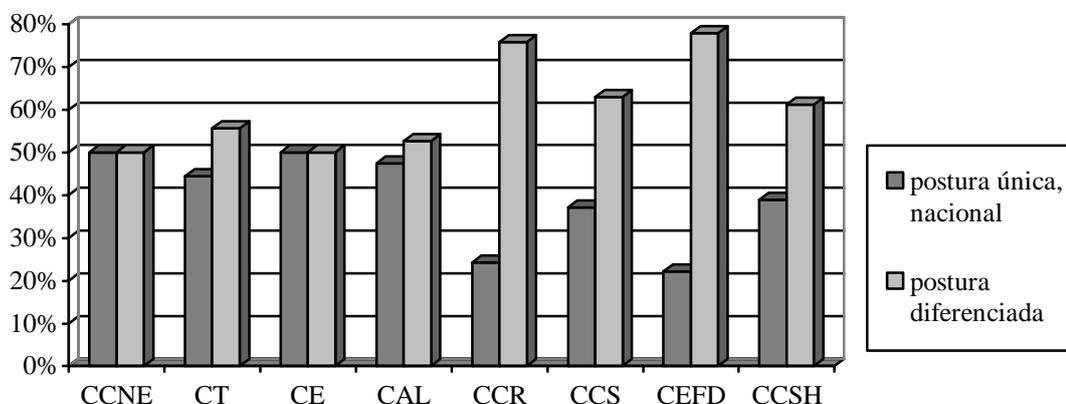
Cerca de 17% dos alunos disseram serem favoráveis à política de Cotas Étnicas nas universidades públicas, 42% não são favoráveis, 33% são favoráveis em parte, e 8% não souberam ou não quiseram opinar. A maioria dos alunos que não são favoráveis a essa política são do CAL CCS e do CEFD, conforme mostra o gráfico da Figura 10.

Figura 10: Percentual de alunos favoráveis à política de Cotas Étnicas



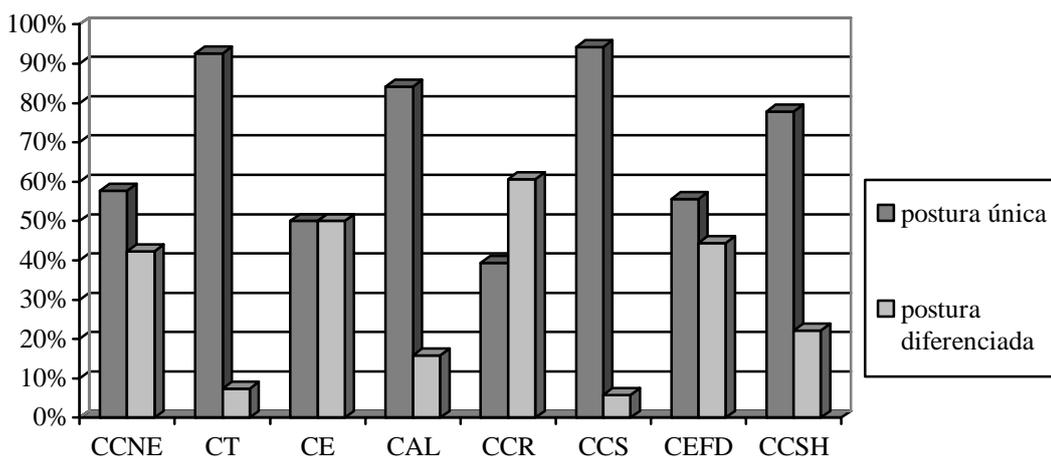
Em relação às políticas de Ações Afirmativas e de Cotas Étnicas, 39% disseram que as universidades deveriam adotar uma postura única, nacional, enquanto que a maioria, 61%, disse que as universidades deveriam adotar uma postura diferenciada por universidade, de acordo com a realidade de cada uma delas. A Figura 11 mostra que a maioria dos alunos de todos os centros, com exceção do CCNE e do CE, acredita que cada Universidade deveria tomar uma postura de acordo com sua realidade.

Figura 11: Postura a ser adotada pelas universidades públicas em relação às políticas de Ações Afirmativas e de Cotas Étnicas, segundo os entrevistados



Em relação às políticas de Ações Afirmativas e de Cotas Étnicas, 72% disseram que a UFSM deveria adotar uma postura única, envolvendo todos os Centros, enquanto que 28% disseram que a UFSM deveria adotar uma postura diferenciada por Centro, de acordo com a realidade de cada um deles. A Figura 12 mostra que a maioria dos alunos de todos os centros, com exceção do CE e do CCR, acredita que a UFSM deveria adotar uma postura única.

Figura 12: Postura a ser adotada pela UFSM em relação às políticas de Ações Afirmativas e de Cotas Étnicas, segundo os entrevistados



## 5 CONCLUSÕES

Através da análise dos dados obtidos, pode-se chegar à conclusão que, apesar da grande maioria dos alunos da Universidade Federal de Santa Maria ser de etnia branca (85%) e estar pouco informada sobre os temas propostos pelo questionário, a maioria é favorável à implementação de políticas de Ações Afirmativas nas universidades públicas. Por outro lado, em relação à implementação de Cotas Étnicas, a maior parte dos estudantes se mostrou contra.

Embora a maioria dos estudantes tenha declarado que não era racista (72%), a maioria deles acredita que a sociedade é racista (53%) ou parcialmente racista (37%). Essa opinião foi a mesma em todos os Centros da UFSM com exceção do CEFD, onde todos declararam serem racista ou parcialmente racista. A maioria dos alunos considera a educação brasileira racista (39%) ou parcialmente racista (41%), com exceção dos acadêmicos do CE, que não acreditam que a educação brasileira seja racista.

Apenas 11% os estudantes de graduação da UFSM disseram que estavam muito bem informados e 33% razoavelmente informados sobre as políticas de Ações Afirmativas, o que mostra que os alunos não têm um conhecimento claro a respeito do que são as políticas de ações afirmativas. Entretanto, em relação às Cotas Étnicas os entrevistados que estavam muito bem informados eram 17%, e o percentual dos que estavam razoavelmente informados subiu para 51%.

A grande maioria (61%) conhecia as ações da UFSM na promoção de discussões a respeito de ações afirmativas e cotas (deve-se ressaltar que a Universidade, enquanto instituição, promoveu, em um espaço de menos de um ano, no mínimo três encontros para essa discussão, desconsiderando-se as iniciativas particulares de alguns Centros e/ou cursos). Entretanto, 80% dos alunos não participaram dessas discussões. Isso indica que o grau de participação dos estudantes é pequeno em debates sobre esse assunto.

Em relação à implantação das políticas de Ações Afirmativas nas universidades públicas, apenas 18% dos estudantes não são favoráveis, apesar da pouca informação que possuem em relação a esse assunto. Por outro lado, em relação à implantação das políticas de Cotas Étnicas, onde os estudantes estão mais informados, 42% não são favoráveis. O percentual de estudantes contrários à implantação das Cotas Étnicas é maior entre os estudantes do CAL, do CCS e do CEFD.

A maioria dos entrevistados acha que cada universidade deve adotar uma postura diferenciada, de acordo com a sua realidade (61%), em relação às políticas de Ações Afirmativas e de Cotas Étnicas, e que essa postura deve ser única na UFSM (72%),

envolvendo todos os Centros. Entretanto, essa visão não é a mesma entre os estudantes do CE e do CCR.

Esse estudo também mostra que o debate sobre estes temas ainda não se esgotou e que, apesar de ser um assunto atual, poucos acadêmicos têm participado dessas discussões, quer seja por desconhecimento ou por falta de interesse. Sendo assim, considera-se que isso deveria ser um compromisso de todos os níveis do governo e, principalmente das universidades, enquanto instituições públicas, em promoverem e divulgarem amplamente essas discussões. Esse estudo pode servir como elemento de reflexão para futuros debates e estudos no âmbito acadêmico e social.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALENCAR, Rafael Augusto da Costa. **Ações afirmativas: a luta dos negros brasileiros por reconhecimento jurídico.** Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, vol.4, n.1, p.16-28, 16/abr.2007. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 20 de maio de 2007.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Cota racial e Estado: abolição do racismo ou direitos de raça?** Cadernos de Pesquisa, v.34, n.121, p.213-239, jan/abr.2004.

SALDANHA, Jânia & CUNHA, Jorge Luiz da. **Políticas de Ação Afirmativas – Promessa constitucional.** Artigo publicado em 14/maio 2007. Disponível em: <[www.coperves.ufsm.br/prograd/artigos](http://www.coperves.ufsm.br/prograd/artigos)>. Acesso em: 24 de maio de 2007.

VOGT, Carlos. **Ações afirmativas e políticas de afirmação do negro no Brasil.** Com Ciência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Atualizado em 10/nov.2003. Disponível em: <[www.comciencia.br](http://www.comciencia.br)>. Acesso em: 24 de maio de 2007.